



# Boletim Médico

Ano II Nº 15 - Agosto de 2009 - INFORMATIVO DAS ENTIDADES MÉDICAS DO ESTADO DO PIAUÍ

Impresso Especial  
9912162037 - DR/PI  
Sindicato dos Médicos do  
Estado do Piauí  
CORREIOS

MEDICINA PIAUÍ



## XII CONGRESSO MÉDICO DO PIAUÍ

20 a 23 de agosto  
Rio Poty Hotel • Teresina

 **SIMEPEI**  
Sindicato dos Médicos  
Estado do Piauí



CRM-PI



ASPIMED

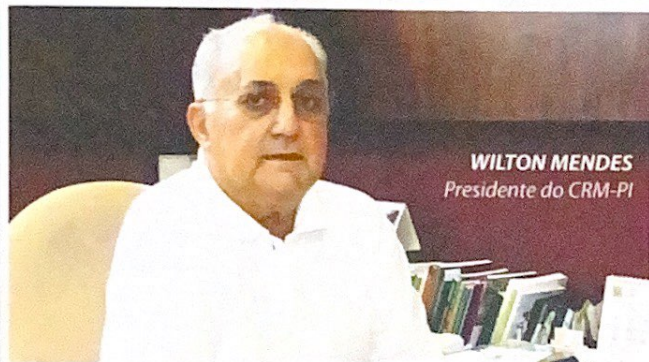
• **MÉDICOS DISCUTEM  
CAMPANHA SALARIAL E PONTO  
ELETRÔNICO P. 7**

• **SIMEPEI EXIGE  
POSICIONAMENTO  
DE POLÍTICOS SOBRE  
A PEC 29 P. 3**

• **SINDICATO DENUNCIA  
IRREGULARIDADES NO  
INTERIOR P. 3**

• **PRESIDENTE DA COMISSÃO DE  
HONORÁRIOS MÉDICOS FALA  
SOBRE VITÓRIAS E DESAFIOS  
DA CATEGORIA P. 6**

## EDITORIAL



**WILTON MENDES**  
Presidente do CRM-PI

Já não era sem tempo que uma medida energética, como o bloqueio dos vestibulares de alguns cursos de medicina insuficientes, fosse tomada. O processo de abertura indiscriminada de escolas médicas estende-se há quase duas décadas. É necessário colocar um basta nessa situação tão grave. Cada aluno formado em uma faculdade de medicina de má qualidade atenderá milhares de pacientes, colocando-os em risco. O Conselho Regional de Medicina do Piauí apóia a atitude do Ministério da Educação e entende que a sociedade deve fazer o mesmo. Cer-

tamente foram encontradas dentro do MEC dificuldades enormes para ultrapassar o bloqueio que é interposto pelos interesses da indústria do ensino superior.

Espera-se que outras medidas sucedam essa iniciativa. O momento é mais que oportuno para levar à votação no Congresso o substitutivo aprovado pela Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados ao PL 65/2003, que teve como relator o deputado federal Átila Lira e trata da autorização, bem como da renovação do funcionamento de cursos de medicina.

## Artigo

## Descontentamento x Valorização

Descontentamento é uma palavra infima diante do sentimento que atingiu a classe pediátrica em virtude das declarações a respeito da pediatria feitas pelo Ministro da Saúde, José Gomes Temporão, em entrevista veiculada na última edição da revista do Conselho Federal de Medicina.

Dizer que faltam pediatras no país só pode ser um engodo ou uma grave desinformação. Prova disso são os números expostos pelo presidente da Sociedade Brasileira de Pediatria, Dioclécio Campos Júnior. Existem 20 pediatras para cada 100 mil habitantes, numa realidade em que a taxa de fertilidade é de 1,8, bem próxima à dos países europeus. Nos últimos cinco anos, uma média anual de mil pediatras inscreveu-se para a prova do título de especialista em pediatria.

O problema é que a gran-

de maioria dos profissionais não se sente motivada a assumir uma vaga no sistema público de saúde em decorrência dos salários aviltantes e das péssimas condições de trabalho, sem falar nas agressões que os plantonistas sofrem por parte da população. Violência essa da qual eu mesmo sou vítima diariamente, já que o paciente acaba depositando toda insatisfação pelo péssimo atendimento na figura do médico, a quem ele pode ofender verbalmente e até fisicamente, como tem acontecido em todo o país.

Mas o ministro vai além na tentativa de justificar o descaço do poder público para com a saúde das nossas crianças e alega que os pediatras estão abandonando a pediatria para optar pelas sub-especialidades. Para começar, não há sub-especialidades nessa área da medicina. De acordo com a



**RENATO LEAL**  
Membro do SIMEPI

Sociedade Brasileira de Pediatria, caso resolva diferenciar-se em determinado campo, o pediatra deverá concluir residência específica e submeter-se à prova de avaliação da SBP.

Colegas pediatras, pasmem! O ministro Temporão afirma ainda que a carência de pediatras poderá ser suprida pela atenção primária à saúde da infância e da adolescência.

A solução para a "falta de pediatras" é muito mais simples e viável do que revelam os gestores do deficiente Sistema Único de Saúde e pode ser resumida em uma palavra que é o oposto de descontentamento: "VALORIZAÇÃO".

## Incorporação das Gratificações aos proventos da Aposentadoria

O SIMEPI esteve reunido por várias vezes com membros do Tribunal de Contas do Estado do Piauí expondo a situação vivenciada pelos médicos aposentados que no momento da concessão da aposentadoria não tiveram incorporada a Gratificação de Urgência e Emergência.

O argumento utilizado pelo Ministério Público de Contas é que a Constituição Federal não permite mais a incorporação de gratificação porque somente poderia ser percebida enquanto o profissional estiver em plena atividade.

Todavia, o SIMEPI argumenta que a Lei Complementar nº 90/2007 apenas regularizou a situação das

gratificações que vinham sendo percebidas há mais de trinta anos, compondo, assim, a remuneração do cargo. Outro ponto de destaque é que sobre a gratificação incidem a contribuição previdenciária (IAPEP) e o Imposto de Renda, caracterizando a gratificação como rendimento, portanto, um direito dos profissionais médicos de ter a parcela incorporada aos proventos de aposentadoria.

No dia 17 de agosto, o SIMEPI novamente se reunirá com o Procurador Geral do Ministério Público de Contas, Dr. Leandro Maciel, no intuito de demonstrar as razões legais e fáticas para a incorporação da mencionada parcela, bem como colaborar para a

uniformização do entendimento da Corte de Contas.

O Sindicato dos Médicos utilizará de todos os meios legais para garantir o direito dos colegas conquistado ao longo de anos de intensa dedicação e trabalho.



**LEONARDO EULÁLIO**  
Presidente do SIMEPI

## Expediente

PROJETO GRÁFICO | Time Propaganda  
DIAGRAMAÇÃO | Tatiana de França - DRT 1102-PI  
JORNALISTA RESPONSÁVEL | Crista Sá - DRT 1422-PI  
COLABORAÇÃO | Melreane Freitas

## DIRETORIA DO SIMEPI TRIÊNIO 2007/2010

1. Presidente: LEONARDO EULÁLIO DE ARAÚJO LIMA
2. Vice: LUCIA MARIA DE SOUSA AGUIAR DOS SANTOS
3. Tesoureiro: FÁBIO FURTADO DE FARIAS
4. Secretário: JOSÉ DE ALENCAR COSTA
5. Suplente: MARIA DAS GRAÇAS ERNESTO DA COSTA MARTINS

6. Conselho Fiscal: JIDEL CAMPOS NETO
7. Conselho Fiscal: MIGUEL AUGUSTO ARCOVERDE NOGUEIRA
8. Suplente Conselho Fiscal: RENATO SOARES LEAL
9. Suplente Conselho Fiscal: EMMANUEL AUGUSTO DE CARVALHO FONTES
10. Suplente Conselho Fiscal: ALUIZIO PERRAZ ARCOVERDE

11. Delegado junto a FENAM: FELIPE EULÁLIO DE MADAIA
12. Delegado junto a FENAM: NEWTON NUNES DE LIMA
13. Suplente Delegado: JOAQUIM GONÇALVES VILARINHO NETO
14. Suplente Delegado: MARCOS AURELIO RUFINO DA SILVA

# SIMEPI defende Emenda 29

O Sindicato dos Médicos do Piauí é umas das entidades mobilizadas em prol da aprovação da Emenda Constitucional 29, que pode ser votada ainda esse ano.

O presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temer (PMDB/SP), prometeu colocar em votação, no plenário da Casa, o destaque da oposição ao projeto de regulamentação da proposta que ficou conhecida como PEC da Saúde, contrário à Contribuição Social da Saúde (CSS), que o Governo tenta criar em substituição à extinta Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF).

O destaque à regulamentação da Emenda 29 aguarda decisão da Mesa Diretora para entrar na pauta da Câmara. Após a

votação da matéria, segue para o Senado para tramitação final, pois o texto, já aprovado naquela Casa, foi alterado pela Câmara.

A Emenda 29 ainda não foi regulamentada, embora a promulgação tenha ocorrido no ano de 2000. A matéria prevê a correção do orçamento da saúde de acordo com a variação do Produto Interno Bruto (PIB), mais o que foi gasto no setor no ano anterior pela União. Aos Estados, cabem 12% das receitas tributárias líquidas e aos municípios, investimentos da ordem de 15%.

Enquanto a queda de braço persiste entre Executivo e Legislativo, o serviço público de saúde do país amarga a falta de recursos.

(Com informações da FENAM)

## Opinião de alguns dos parlamentares piauienses

"A PEC 29 é o restabelecimento da credibilidade do sistema de saúde no Brasil. Este é o momento de discutir e até mesmo aprová-la. Com os novos desafios, entre eles, o surgimento de novas doenças que se propagam pelo mundo inteiro rapidamente."



**DEPUTADO FEDERAL JÚLIO CÉSAR**

"Acredito que esta medida vai fortalecer o SUS. É uma saída para esta crise da saúde e uma luz para a população, que terá como cobrar um serviço de melhor qualidade."



**DEPUTADO FEDERAL ELIZEU AGUIAR**



"A PEC 29 é fundamental para consolidar o SUS no Brasil, pois permitirá uma melhora na qualidade dos serviços de saúde"

**DEPUTADO FEDERAL OSMAR JÚNIOR**

"Esta Emenda Constitucional é de suma importância para o sistema de saúde, pois significa mais um avanço na luta por recursos para o segmento. Através da descentralização proposta, será possível ter um sistema com mais eficiência e agilidade."



**SENADOR JOÃO VICENTE**

"Acompanho a PEC desde 2003, já que a proposta é de autoria de um ex-deputado petista. Nós aprovamos na Câmara anteriormente e agora vamos aprovar essa nova versão porque acreditamos que representa um avanço. O SUS precisa de mais recursos. Esperamos que seja votada ainda esse ano."



**DEPUTADO FEDERAL NAZARENO FONTELES**

"A educação melhorou muito depois que implantaram o FUNDEB. Muitos gestores investem apenas 7% da receita com a saúde, o que representa a principal causa da situação precária dos hospitais públicos."

**SENADOR MÃO SANTA**



## DENÚNCIAS

### SIMEPI denuncia repasses indevidos

O Sindicato dos Médicos denuncia irregularidades na folha de pagamento do Hospital Dirceu Arcoverde, de Parnaíba, litoral do Piauí. O SIMEPI possui documentos que comprovam a existência de favorecimentos financeiros para alguns funcionários administrativos e para a diretoria do hospital.

Algumas pessoas do administrativo recebem repasse de pro-



atividade pago pelo SUS. Esse recurso, no entanto, deveria ser pago somente para profissionais

que prestam serviços médicos.

Alguns servidores têm salários variáveis e recebem valores crescentes.

Outra denúncia é a de que o número de servidores que recebem o recurso advindo da produtividade vem aumentando. Em quatro meses, foram incluídos onze novos funcionários nessa folha de pagamento.

## SÃO RAIMUNDO NONATO

Dezenas de profissionais do Hospital Regional Senador Cândido Ferraz, assinaram abaixo-assinado denunciando várias deficiências da unidade. Eles afirmam que faltam ortopedistas, cardiologistas, obstetras, pediatras, cirurgiões, enfermeiros e funcionários em geral. De acordo com o documento, também faltam aparelhos imprescindíveis à realização de atendimentos básicos.

O hospital, de média complexidade, atende a uma região de 15 municípios. Os setores que apresentam maiores problemas são: sala de parto e obstetrícia, centro cirúrgico e pronto socorro.

O Sindicato dos Médicos recebeu o abaixo-assinado e encaminhou a denúncia ao Ministério Público Estadual e ao CRM.

# V Congresso Brasileiro sobre a Situação do Médico

Evento reuniu grandes nomes da Medicina em Teresina nos dias 18, 19 e 20 de junho. Confira todas as fotos no site [www.simepi.org.br](http://www.simepi.org.br)



## HOMENAGEM

*Durante o congresso, a classe médica prestou homenagem ao médico Paulo Afonso Ribeiro Junior, que faleceu em um acidente na estrada, quando voltava de Campo Maior a Teresina, após exaustivo dia de trabalho. Na foto, a esposa, Valdélia Portela, recebe placa de honra das mãos do presidente do SIMEPI, Leonardo Eulálio.*

Desde muito cedo, Paulo Afonso de Carvalho Ribeiro Junior já sabia o que queria ser, tinha certeza que seu destino estaria ligado à Medicina. Nem mesmo o fato de ter sempre estudado em escola pública tirou dele essa meta. Esse desejo era tanto que a ansiedade e nervosismo acabaram impedindo que fosse aprovado nos primeiros vesti-



bulares que fez, gerando uma certa tristeza em quem estava ao seu redor, pois todos eram testemunhas de seu esforço, das várias noites que passava em claro estudando, das festas e momentos de lazer que deixava de lado para obter seu objetivo maior. Ver seu nome na

lista de aprovados do curso de Medicina da Universidade Federal do Piauí, como não poderia deixar de ser, foi uma imensa alegria.

Sua determinação não foi menor durante o curso. E com seu esforço e apoio da família e amigos, Paulo Júnior também conseguiu

superar todas as barreiras. Um momento que marcou bastante a realização deste sonho foi a primeira vez que "vestiu branco". Era muito evidente sua felicidade, bem como o orgulho da família. Desde os primeiros aprendizados, Dr. Paulo começou a exercer seu dom.

Outro momento de grande felicidade foi sua formatura. Muita festa e a sensação que agora tudo iria se tranquilizar. Engano. A profissão lhe obrigou a ficar longe de casa a maior parte do tempo. Como a maioria dos recém-formados, Dr. Paulo viajava muito para o interior do estado para trabalhar como médico de alguns municípios do Piauí, do Maranhão e até do Ceará.

Foi nesse vai e vem que acabou perdendo a vida no dia 4 de agosto

de 2008, quando voltava de Campo Maior, onde atuava como médico do PSF. Em Teresina, estavam à sua espera a esposa, a enfermeira Valdélia Portela, sua filha Ana Teresa, hoje com 3 anos de idade, seus pais Paulo Afonso e Maria Leide, e seu irmão Marcelo Costa. Sua irmã, Jacqueline Ribeiro, que reside em Recife (PE), recebeu a notícia pelo telefone. Todos eles e os vários amigos que conquistou com seu grande coração, certamente ainda estão cheios de saudade, firmados no grande orgulho de um dia ter convivido com Dr. Paulo Júnior, médico em todos os sentidos positivos dessa palavra.

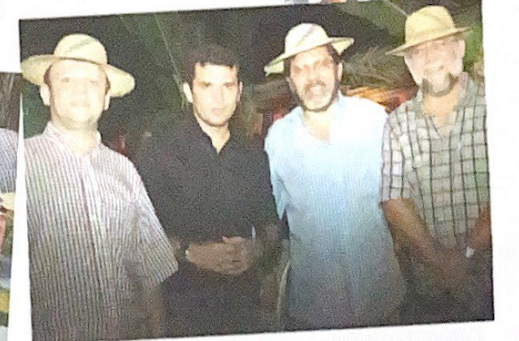
**Marcelo Costa**  
irmão do Dr. Paulo Afonso

## IV FÓRUM DAS ENTIDADES MÉDICAS DO NORDESTE



# Arraiá dos médicos

Evento realizado pela UNIMED em parceria com as entidades médicas



# Comissão comemora vitórias

Uma das principais vertentes do Sindicato dos Médicos que mais ganhou notoriedade nos últimos tempos foi a luta por melhor remuneração junto aos planos de saúde. Essa missão ficou sob a responsabilidade da Comissão de Honorários Médicos, presidida pelo urologista Emmanuel Fontes, que acumula vitórias para categoria e já faz a lista de novas conquistas.

## Boletim Médico – Como surgiu a idéia de criar uma Comissão de Honorários Médicos no Piauí?

**Emmanuel Fontes** – A Comissão foi criada em 2003 pelas três entidades médicas com o objetivo de lutar por uma melhor remuneração junto às operadoras dos planos de saúde. Para isso, tomamos como base a CBHPM (Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos), que é uma tabela nacional elaborada pela Federação Nacional dos Médicos, junto com a Associação

Médica Brasileira, a partir de um estudo da Fundação Getúlio Vargas.

## Boletim Médico – De lá para cá, quais foram as principais conquistas?

**Emmanuel Fontes** – Dentre as conquistas nós podemos destacar o fato de termos negociado com todas as principais operadoras que atuam no Piauí. Vale ressaltar que nem sempre as negociações resultaram em vitórias imediatas. Podemos dizer que foi uma conquista mesmo de toda a categoria, que sempre apoiou a luta da comissão.

“

**Cada negociação bem sucedida foi uma merecida conquista de toda a categoria, que sempre apoiou a Comissão”**

**Boletim Médico – Algumas vezes a Comissão decidiu suspender o atendimento aos usuários de determinados planos, foi o caso do Grupo Unidas (Correios, Cassi e Capesaúde), FUSEX, IPMT e HAPVIDA. Como foi a mobilização da categoria nessas situações?**

**Emmanuel Fontes** – A crescente participação dos médicos é inegável. Os colegas começaram a ter uma visão do todo, uma visão de que as medidas recomendadas tem como objetivo mudanças signifi-

cativas para a valorização do médico enquanto profissional.

## Boletim Médico – Como lidar com a opinião pública diante da suspensão do atendimento aos usuários?

**Emmanuel Fontes** – Fazer com que a população entenda a importância de uma paralisação, por exemplo, é uma preocupação constante. As pessoas precisam entender que uma melhor remuneração para o médico significa ganhos na qualidade do atendimento que elas vão receber. Mas nós temos que ressaltar que em todas as nossas paralisações foram mantidos os atendimentos de urgência e emergência.

## Boletim Médico – Alguma operadora ainda desrespeita esses acordos?

**Emmanuel Fontes** – Nós temos que estar sempre atentos, fiscalizando. Pedimos aos colegas que denunciem caso constatem o pagamento de valores defasados.

## Boletim Médico – Existe diferença nas negociações entre planos privados e públicos?

**Emmanuel Fontes** – Existe sim. Todos alegam que não têm recurso, mas o plano público lida

com subsídio do Governo. Nós temos que fazer essa diferenciação usando estratégias diferentes.

## Boletim Médico – Que desafios a Comissão ainda deve enfrentar em 2009?

**Emmanuel Fontes** – A Comissão já iniciou uma nova rodada de negociação com as operadoras. A nossa reivindicação agora é um reajuste de 7,5% sobre o valor da consulta, com deflator de -13% sobre os procedimentos médicos e de -25% sobre a UCO. Toda essa porcentagem é calculada em cima da 3ª edição da CBHPM.

“

**“Ainda há muitos desafios. Um deles é fazer com que os médicos do interior também sejam remunerados com base na CBHPM”**

Além de reajustar os repasses, vamos buscar uma negociação junto ao Plamta e às operadoras do Bradesco e SulAmérica.

No entanto, nossa grande meta é partilhar a CBHPM com os médicos do interior.

## EMMANUEL FONTES

Presidente da Comissão de Honorários Médicos do Piauí



# Categoria discute ponto eletrônico e campanha salarial

No último dia 6 de agosto, as entidades médicas reuniram a categoria para discutir dois assuntos polêmicos: ponto eletrônico e campanha salarial. A assembléia foi unânime ao ratificar a decisão de não aceitar o ponto eletrônico. Para o presidente do Sindicato, Leonardo Eulálio, ao exigir que o médico se submeta ao novo sistema, o Governo desconsidera as peculiaridades da profissão, que exige certa flexibilidade na carga horária. "Reafirmamos nossa luta contra o ponto eletrônico. Mas o mais importante é que nenhum médico seja



convivente com essa medida intransigente", afirmou.

Durante o encontro, os médicos decidiram não atrelar essas duas questões em uma futura negociação com o Governo do Estado. "O grande

perigo de negociar usando o ponto eletrônico como uma espécie de barganha é que o Governo prometa o salário que a categoria reivindica apenas para que os médicos aceitem se submeter ao novo sistema e depois descumpra o acordo,

## Reunião

CRM, SIMEPI e ASPIMED avaliam propostas

como fez com o Plano de Carreira", explicou a vice-presidente do SIMEPI, Lúcia Santos.

A reunião só terminou após a discussão sobre a proposta a ser levada para a mesa de negociação do reajuste salarial da categoria. "A assembléia decidiu o ponto de partida, ou seja, o vencimento para médico em início de carreira. A partir daí, teremos o reajuste dos demais níveis, já que a Carreira Médica prevê progressão salarial por tempo de serviço e carga horária", afirmou o diretor financeiro do Sindicato dos Médicos, Fábio Furtado.

## Opinião

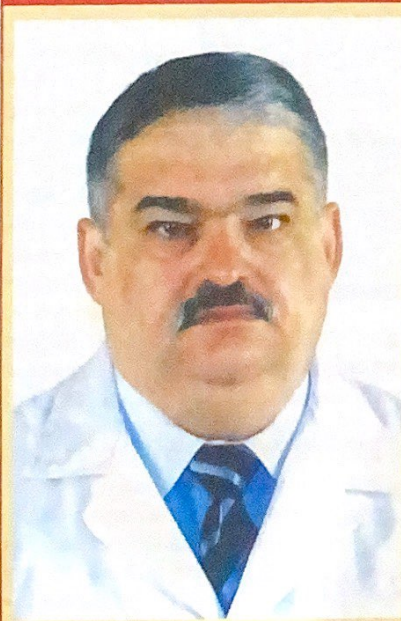
"Uma das coisas mais importantes para qualquer ser humano é ter um emprego



decente. Ter a tranquilidade de não depender da boa vontade do prefeito. Ter uma remuneração decente. Minha mãe usava a expressão 'alto funcionário do banco'. Hoje funcionário público não é nada. Para fixar o médico é preciso oferecer as condições mínimas para que ele possa exercer a medicina com estabilidade e independente, dentro dos padrões éticos."

Dr. Luiz Nódji  
Cardiologista

## Argumentos para dizer "não" ao ponto digital



● **TRADIÇÃO** - Nunca houve no Brasil ponto digital, em nenhum lugar, como rotina, para médico no exercício da medicina, quer no serviço público ou privado.

● **TROCA DE PLANTÃO** - Vai valer o horário do ponto digital ou, como é o correto, o plantonista tem que esperar o substituto? Se tiver o ponto digital, o colega pode registrar a saída do plantão e ir embora sem ter o substituto?

● **CHAMADOS E VISITAS A NOITE, NOS FINS DE SEMANA, ENFIM, FORA DO HORÁRIO DO PONTO DIGITAL** - Se o médico atendeu/operou um doente e este passar mal, o médico poderá deixar de ir atender? Não precisa, nos fins de semana, ir medicar seu paciente? Quem pagará o chamado?

● **ATENDIMENTO/CIRURGIA QUE SE PROLONGA ALÉM DO HORÁRIO DO PONTO DIGITAL** - O médico pára o atendimento/cirurgia no meio e vai bater o ponto? Está dispensado? Não precisa concluir o atendi-

mento/cirurgia? E se ele só puder sair da cabeceira do paciente no horário de registrar o ponto digital?

● **EVENTUAIS ATENDIMENTOS POR TELEFONE DE CLIENTES E FUNCIONÁRIOS DOS HOSPITAIS** - O médico pode se negar a atender o telefonema de funcionários/enfermeiros dos serviços de saúde? Quem vai tirar as dúvidas do serviço de enfermagem fora do expediente? O ponto digital já foi registrado.

Senhores, implantado o ponto digital, quem vai se responsabilizar pelas eventuais distorções supracitadas? Se existem abusos, hipóteses, allás, não descartáveis, que se corrijam. Engessar as peculiaridades do nobre exercício da medicina é querer igualar os diferentes e comprometer os princípios hipocráticos.

"São chamados de sábios aqueles que põem as coisas na sua ordem certa".

(Tomás de Aquino)

Antonio Fortes de Pádua Filho - Médico



# XII CONGRESSO MÉDICO DO PIAUÍ

20 a 23 de agosto de 2009 • Rio Poty Hotel • Teresina



20/08/2009 - Quinta-feira

Conferência Magna: A Saúde da Economia e a Economia da Saúde  
Palestrante: Deputado Federal e ex-Ministro Ciro Gomes

21/08/2009 - Sexta-feira

## CONFERÊNCIA

O que o médico deve saber sobre Transplantes

## MESA REDONDA 01

Situações especiais em emergências

## MESA REDONDA 02

Abordagem atual da dor

## MESA REDONDA 03

Abordagem terapêutica em emergência I

## MESA REDONDA 04

O que o médico deve saber sobre reumatologia e ortopedia

## CONFERÊNCIA

A ética na Medicina Estética

## MESA REDONDA 05

Temas de nefrologia e hematologia na prática clínica

## MESA REDONDA 06

Conduas na hipertensão arterial

## MESA REDONDA 07

Pediatria para todos os médicos

## MESA REDONDA 08

Temas de neurologia e psiquiatria de interesse para o clínico

22/08/2009 - Sábado

## CONFERÊNCIA

Parada cardiorespiratória e Síndrome Coronária Aguda

## MESA REDONDA 09

Abordagem terapêutica em emergência II

## MESA REDONDA 10

Temas de nefrologia e hematologia na prática clínica

## MESA REDONDA 11

Doenças pulmonares – diagnóstico e conduta

## MESA REDONDA 12

Afeções gastroenterológicas de interesse para o clínico

## CONFERÊNCIA

Visão crítica da Medicina baseada em evidências

## MESA REDONDA 13

Temas de infectologia de interesse geral

## MESA REDONDA 14

Situações de relevância do paciente geriátrico

## MESA REDONDA 15

Situações em cardiologia para o médico geral

## MESA REDONDA 16

Ginecologia ao alcance de todo médico

23/08/2009 - Domingo

## CONFERÊNCIA

Visão crítica dos exames complementares

## MESA REDONDA 17

Diabetes mellitus e obesidade

## MESA REDONDA 18

Exames de imagem na prática médica

## MESA REDONDA 19

Temas de interesse em dermatologia e cirurgia plástica

## MESA REDONDA 20

Medicina na prática diária

Informações: [www.aspimed.org.br](http://www.aspimed.org.br) • (86) 3221-4402 / 3221-8636



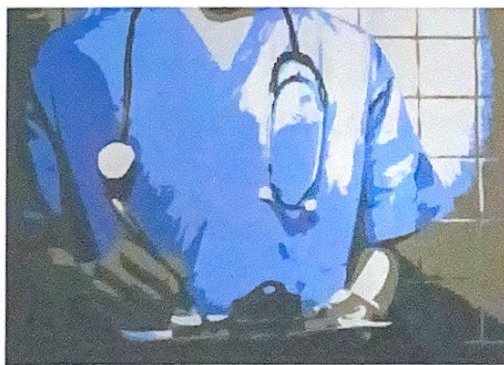
# A necessidade da prova para a defesa médica

É inquestionável que nos últimos vinte anos nosso país passou por avanços no aspecto legislativo, o que associado à disseminação da informação, implica em maior questionamento popular sobre as relações sociais, sejam elas de caráter político, administrativo, cultural etc.

Nesse contexto, destacamos o aumento da quantidade de processos discutindo a responsabilidade pelas condutas adotadas no exercício da profissão em dois âmbitos: civil – prevista no Código de Defesa do Consumidor e no Código Civil Brasileiro, vislumbrando as hipóteses de reparação pelos danos causados a outrem; e ético – conforme previsto no respectivo Código de Ética dos ofícios regulamentados, com as penalidades desde advertência até a cassação do registro.

O profissional médico, em específico, pode ser acionado judicialmente com o intuito de ser compelido a reparar/indenizar mal causado, desde que comprovada a sua culpa. Pode, ainda, ser denunciado perante o Conselho Regional de Medicina no qual esteja inscrito para que seja investigada a sua conduta ética (que não se confunde com responsabilidade civil).

Em ambas as situações, é imprescindível ao profissional a apresentação de provas capazes de demonstrar os procedimentos adotados no caso posto em debate, as



informações obtidas e repassadas ao paciente, os medicamentos prescritos, horários, a requisição de exames, resultados obtidos, bem com as intercorrências. Para tanto, o médico tem que utilizar todos os recursos possíveis e adotar hábitos diários que permitam a transparência da relação, por exemplo, através do correto preenchimento do prontuário com a maior quantidade de informações possíveis e com letra legível, uso do termo de consentimento, livro de ocorrências do hospital. Caso seja preciso, não deve hesitar em registrar Boletim de Ocorrên-

cia Policial. O que deixou de ser escrito dificulta a prova – até mesmo porque, com o passar do tempo, os fatos ou detalhes são esquecidos. Por conseguinte, essa situação dificultará a defesa e poderá culminar em prejuízo, seja financeiro ou de ordem administrativa.

Comumente, no exercício de nossa função de operador do direito, nos deparamos com as pretensas justificativas de que o prontuário não foi preenchido a contento em razão das condições de trabalho desfavoráveis (longas jornadas, demanda excessiva, falta de equipe, falta de laboratório ou outros equipamentos, etc). Todavia, embora de fato contribuam para o erro médico, elas não justificam nem isentam o profissional de sua responsabilidade civil, nem tampouco o desobrigam da conduta ética.

Abra-se parêntese para salientar, ainda, que não pode o profissional se adequar ao sistema e às más condições de trabalho, devendo sempre denunciá-las aos Conselhos profissionais, Sindicato, Ministério Público, Poder Judiciário.

Portanto, o médico deve atentar que é o primeiro e principal agente de sua própria defesa, devendo zelar pelo bom relacionamento com o paciente, agir com o melhor de sua capacidade profissional e ter como hábito primar pela escrita no intuito de cumprir seu dever profissional, facilitar a comunicação com os outros profissionais e produzir prova da sua mais legítima conduta, porque nunca sabermos antecipadamente quando será necessária.

Deve estar consciente que, por ser uma relação



**DRª LILIAN RIBEIRO**

Assessora Jurídica do Sindicato dos Médicos

consumerista, o ônus da prova é seu e, portanto, não pode confiar a outro a construção da prova fática em seu favor, pois o descaso de hoje poderá prejudicar sua própria defesa amanhã, ficando vulnerável a interpretações e julgamentos diversos.

## CARREIRA MÉDICA

O Sindicato dos Médicos conquistou a inclusão de médicos com menos de 30 anos de serviço no Plano de Carreira Médica do Estado, enquadrados nesse mês de agosto. Essa parcela representa a grande maioria dos servidores médicos vinculados à Secretaria Estadual de Saúde. Pensionistas foram contemplados com o enquadramento ainda em maio, conforme previa a Lei Complementar nº 90, de 2007, que instituiu o plano.

“Vivemos tempos históricos para a classe médica piauiense. É com base no Plano de Carreira, criado após anos de exaustiva negociação, que a categoria poderá exigir reajustes salariais até obter uma remuneração digna”, comemora o presidente do SIMEPI, Leonardo Eulálio.

# Médicos devem fazer recadastramento e obter nova carteira

## ELEMENTOS DA NOVA CÉDULA DE IDENTIDADE, QUE NÃO PODERÁ SER PLASTIFICADA:

- **IMAGEM LATENTE** Presente nos dois espelhos da cédula, a sigla CFM é visível observando-se o documento inclinado e sob uma fonte de luz;
- **MICROLETRAS EM NEGATIVO** A tarja vertical é ladeada pelo texto Conselho Federal de Medicina e as tarjas horizontais possuem o texto Identidade de Médico, ambas impressas em calcografia;
- **IMPRESSÃO EM TINTA INVISÍVEL LUMINESCENTE** As Armas da República e a palavra Autêntico surgem repetidas sobre o documento, sob luz ultravioleta;
- **MICROLETRAS EM POSITIVO** Na área



da fotografia, em impressão off-set cinza, observa-se o texto Conselho Federal de Medicina, em linhas onduladas;

- **FUNDO NUMISMÁTICO** O fundo numismático apresenta as Armas da República e a sigla CFM.

O Conselho Regional de Medicina do Piauí chama atenção de todos os médicos do estado para o recadastramento obrigatório. O processo atende ao que foi estabelecido pela resolução CFM 1827/2007. O prazo final para o recadastramento é dia 11 de maio de 2010.

A ficha de recadastramento está disponível no endereço [www.portalmedico.org.br](http://www.portalmedico.org.br), para que todos os profissionais efetuem a atualização de seus dados e fiquem aptos a receber a nova Carteira de Identidade Médica.

Após a atualização, o médico deve se dirigir ao CRM para assinar a ficha de coleta, levando originais e cópias dos seguintes documentos: RG; título de eleitor; CPF; comprovante de residência; diploma; títulos de especialista; carteira profissional; comprovante de sociedade em empresa de serviços médicos (se for o caso); se médi-

co estrangeiro, apresentar o comprovante de legalidade no país.

Também é necessário levar uma fotografia 3x4 colorida, com fundo branco ou claro, sem qualquer tipo de mancha, alteração, retoque, perfuração, deformação ou correção. Não serão aceitas fotos em que o profissional utilize óculos, bonés, gorros, chapéus ou qualquer item do vestuário ou acessório que cubra parte do rosto ou da cabeça.

“Os médicos de todo território nacional devem atualizar seus dados profissionais para a confecção de uma nova Carteira de Identidade Médica, que será emitida pela Casa da Moeda e conterá mais detalhes sobre os profissionais, possibilitando maior segurança”, explica o presidente do CRM, Dr. Wilton Mendes da Silva, solicitando que o profissional não deixe para fazer o seu recadastramento apenas no prazo final para que não haja transtornos e congestionamento no sistema.

Quando a carteira estiver pronta, o médico será informado.

## CFM

### Médicos elegem representantes do Piauí para o Conselho Federal

Dr. Luiz Nódji Nogueira Filho (conselheiro efetivo) e Dr. Wilton Mendes da Silva (conselheiro suplente) são os novos representantes da classe médica piauiense no Conselho Federal de Medicina.



**Conselheiros do CFM**  
Dr. Wilton Mendes e  
Dr. Luiz Nódji

A votação para a escolha dos novos membros do CFM ocorreu no último dia 2 de fevereiro, na sede do Conselho Regional de Medicina do Piauí e a apuração dos votos transcorreu logo em seguida.

No total, foram 834 votos. Na capital foram 601 votos, sendo: 579 válidos, 14 bran-

cos e 8 nulos e, no interior, foram 225 votos válidos, 5 brancos e 3 nulos.

O mandato terá duração de cinco anos com início em outubro de 2009 e término em setembro de 2014.

## CURSO

### CRM oferece cursos de atualização no interior

Com o objetivo de promover atualização contínua aos médicos piauienses, o Conselho Regional de Medicina do Piauí, em parceria com o Conselho Federal de Medicina e a Universidade Federal do Piauí, está realizando o Programa de Educação Médica Continuada 2009. A iniciativa também conta com o apoio das demais entidades médicas piauienses: Sindicato e Associação.

“A medicina é uma área dinâmica e exige uma atualização constante de quem decide exercê-la com credibilidade. Pensando nisso, elabo-

#### CONFIRA A DATA DOS PRÓXIMOS CURSOS:

##### MÓDULO 3 – PARNAÍBA

- Período: 4 a 5 de setembro

##### MÓDULO 4 – PICOS

- Período: 9 a 10 de outubro

##### MÓDULO 5 – BOM JESUS

- Período: 6 a 7 de novembro

##### MÓDULO 6 – SÃO RAIMUNDO NONATO

- Período: 04 a 05 de dezembro

ramos um programa de atualização com um vasto conteúdo programático, que abrange temas de várias especiali-

dades médicas, dentre elas a cardiologia, a reumatologia, a geriatria, dentre outras”, informa o coordenador do programa, Dr. José Miguel Parente.

Segundo ele, o programa vem sendo realizado desde 2006 e este ano, além da capital, também estão sendo contempladas as cidades-pólo do interior, de forma a atender todas as microrregiões.

Os cursos estão sendo realizados mensalmente. O primeiro ocorreu em Piriá, nos dias 3 e 04 de julho. O mais recente, realizado nos dias 7 e 8 de agosto, aconteceu em Floriano.

# Ato Médico deve ser votado em agosto

Depois de quatro anos de tramitação, uma das propostas mais polêmicas da área, a que define as prerrogativas dos médicos, pode ser votada pela Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados ainda neste mês de agosto. No entanto, o Projeto de Lei 7703/06, chamado de "Ato Médico", encontra oposição de outras categorias, preocupadas com o que consideram uma hierarquização dos serviços de saúde.

A proposta já foi aprovada no Senado e chegou à Câmara após negociações que definiram como prioritário para os médicos: o diagnóstico de doenças e a prescrição de tratamentos.

## AUTONOMIA

A deputada Gorete Pereira (PR-CE), que é fisioterapeuta, apresentou voto em separado à proposta, tentando preservar as atribuições da categoria.



"As outras profissões precisam ter autonomia, é preciso que mantenham os diagnósticos delas, para os quais foram preparadas. Passar remédio, decidir sobre ato cirúrgico, tudo isso é com médicos, mas os outros profissionais podem sim prescrever tratamentos em suas áreas", defendeu.

## VOTO

O relator da proposta na Comissão de Trabalho, deputado Edinho Bez, acredita que

as audiências realizadas na Câmara já foram suficientes para esclarecer o assunto. Segundo ele, chegou o momento de ir a voto porque a proposta já foi discutida à exaustão.

O projeto, que tramita em caráter conclusivo e em regime de prioridade, ainda vai ser analisado por outras três comissões: de Educação e Cultura, de Seguridade Social e Família e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

## PROJETO

### Salário mínimo de 7 mil reais para médicos

O Projeto de Lei 3734/08, de autoria do deputado Ribamar Alves (PSB-MA), que fixa em R\$ 7 mil o salário mínimo dos médicos por 20 horas semanais, chegou à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJC) da Câmara dos Deputados após um ano de tramitação.

Nas comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público, e na de Seguridades Social e Família, a proposição obteve aprovação unânime.

A expectativa é de que a proposta seja sancionada pelo presidente da República ainda este ano, passando a vigorar já em 2010.

#### \* Parecer favorável

A relatora da CCJC, deputada Sandra Rosado (PSB-RN),

já sinalizou que vai emitir parecer favorável à proposta.

Atualmente, o salário mínimo dos médicos vigora com base em uma lei antiga - Lei 3999, de 1961, que prevê remuneração de três salários mínimos vigentes, o que hoje corresponde a R\$ 1.245,00.

O deputado e cardiologista Ribamar Alves enfatiza que o principal objetivo de sua proposição é resgatar a dignidade desses profissionais. "A aprovação do mínimo vai incentivar a descentralização do atendimento médico, uma vez que os profissionais relutam em trabalhar em cidades do interior onde a remuneração é muito baixa, sem falar nas condições de trabalho precárias", afirma.

## ENTREVISTA

### Marketing em Medicina é fiscalizado por comissões regionais

Em 2003, o Conselho Federal de Medicina tornou obrigatória a criação de uma Comissão de Divulgação de Assuntos Médicos (CODAME) em cada regional, com o objetivo de disciplinar a propaganda médica. Na entrevista a seguir, o diretor do Conselho Regional de Medicina de São Paulo, Desiré Callegari, que prestigiou o 5º Congresso Brasileiro sobre a Situação do Médico, fala sobre "Marketing em Medicina".



**Boletim Médico – Como age a comissão?**

**Callegari** – A Codame instaura uma sindicância quando percebe que há propaganda imoderada. Depois, é instaurado um processo contra o infrator e o médico pode ser julgado pelo ato abusivo que cometeu.

**BM – O que seria considerado um ato abusivo?**

**Callegari** – Ato abusivo é, por exemplo, o indivíduo anunciar que faz coisas miraculosas.

Que ele acaba com a celulite através de métodos não científicos, por exemplo, ou quando ele coloca "faço sua cirurgia plástica em 20 vezes no cartão de crédito". Não é só através da propaganda em si. Muitas vezes, o médico visa a autopromoção ao dar uma entrevista. Isso acontece quando o profissional diz que só ele faz isso na cidade ou quando dá o endereço e telefone. Era comum aparecer cirurgiões plásticos nos

programas. Eles mostravam como faziam a colocação de próteses, mostravam os bustos nus das pacientes... São exemplos assim que nós proibimos.

**BM – Isso não restringe a relação entre o médico e a mídia?**

**Callegari** – Não é que ele não possa dar entrevista ou fazer propaganda, mas isso deve ser feito de maneira científica, alertando o paciente quanto às vantagens e aos riscos.



## A Assessoria Contábil do SIMEPI resolve esse quebra-cabeça para você

A Assessoria Contábil do SIMEPI está disponível para a classe médica do estado do Piauí e oferece, dentre outros, os seguintes serviços:

- 1- abertura de empresas;
- 2- escrituração contábil, fiscal e setor pessoal;
- 3- elaboração do livro caixa;
- 4- elaboração da declaração de imposto de renda;
- 5- orientação e emissão das contribuições e tributos.

A Assessoria Contábil do SIMEPI faz um acompanhamento personalizado, pois dispõe de um profissional exclusivo em sua sede, pronto para lhe atender.

Venha conhecer o nosso diferencial ou agende uma visita em seu consultório.

## Filie-se ao SIMEPI

O Sindicato dos Médicos está de portas abertas para receber você. Com a sua participação, o sindicato ganha força na luta em defesa da categoria. Preencha sua ficha de inscrição na sede do SIMEPI, localizada na **Rua Paissandu, nº 1665. Centro. De segunda a sexta, das 8 às 18 horas.**

### SERVIÇOS OFERECIDOS PELO SIMEPI

- Assessoria Jurídica
- Assessoria Contábil
- Assessoria de Imprensa
- Convênio com Seguradora de Vida
- Curso de Inglês específico para médicos
- Convênio com a UNIMED - Plano de Saúde
- Convênio com Seguradora de Carros
- Sala de Internet

### O BOLETIM MÉDICO É SEU

Divulgue suas atividades enviando artigos, notícias, fotos ou sugestões para os e-mails:  
**sindicatodosmedicos@gmail.com**  
**ou simepi@bol.com.br**  
 Telefones para contato:  
**3221-5624 / 9982-2784**

## Mural



### FUNDO DO BAÚ

POSSE DA PRIMEIRA DIRETORIA DO SIMEPI. DA DIREITA PARA A ESQUERDA: DR. PEDRO LEMOS, DR. FERNANDO CORREIA LIMA, DR. MARCOS ALBÉLIO RUFINO, DR. REGINALDO FURTADO E DR. DAVID CORTELAZI.

### DEFESA MÉDICA

No mês de agosto, o Sindicato dos Médicos lançou uma campanha para alertar a categoria a respeito da importância do prontuário como ferramenta de defesa diante de um possível processo jurídico. A Assessoria Jurídica do SIMEPI dá orientações sobre as precauções a serem tomadas.

O assunto foi tema principal do Fórum realizado em Parnaíba no dia 17 de julho. Dezenas de profissionais do município participaram do evento, que também abordou as conquistas e desafios das entidades médicas.

### CONFERÊNCIA

A cidade de São Paulo será sede da IV Conferência Nacional de Ética Médica, promovida pelo Conselho Federal de Medicina com o objetivo de aprovar a revisão do Código de Ética Médica, por meio do debate amplo e participativo de representantes da categoria, após participação da sociedade civil organizada para adequá-lo às atuais transformações sociais, técnicas e científicas da Medicina. O presidente do SIMEPI, Leonardo Eulálio, participa do evento, que acontecerá entre os dias 25 e 29 de agosto.